
Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC é levada à totalidade dos municípios do País desde sua primeira edição, em 1999, e da mesma forma nas seguintes, em 2001, 2002 e 2004. Esta, a quinta edição da MUNIC, tem 2005 como ano de referência e obteve informações relativas a todos os 5 564 municípios brasileiros. Nela, o Questionário Básico foi acompanhado do Suplemento de Assistência Social – produto de convênio firmado entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – que levantou junto aos municípios informações sobre a gestão municipal da assistência social. Ambos os instrumentos de pesquisa tiveram seu planejamento, apuração e análise sob a responsabilidade da Gerência de Estudos e Pesquisas Sociais, estruturada na Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Objetivos

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais é uma pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal. Trata-se, basicamente, de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, dinâmica e funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

Pela primeira vez, acompanhando esta edição da pesquisa, foram coletadas informações sobre a assistência social no âmbito municipal através do Suplemento de Assistência Social. O objeto de interesse deste suplemento é a gestão dos municípios na área de assistência

social, nomeadamente no que se refere à organização da prefeitura, quadro funcional, aparato material, políticas de planejamento, iniciativas de descentralização e oferta de serviços à população.

Em 2005, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais introduziu diversas inovações importantes, tanto na forma de coleta como no conteúdo investigado. A exemplo disso, no quadro sobre os Recursos Humanos da Assistência Social foram solicitados os números de trabalhadores por regime de contrato de trabalho segundo o nível de escolaridade (ensino fundamental completo ou não, e ensino médio, superior e pós-graduação concluídos), seguindo a linha do que foi feito para o Questionário Básico da MUNIC. O recorte da escolaridade constitui uma novidade relevante, permitindo aferir a distribuição da mão-de-obra ocupada na prestação de serviços da assistência social quanto ao seu grau de instrução. Foram discriminados os quantitativos de trabalhadores por vínculo empregatício, a fim de melhor delinear o perfil da estrutura administrativa.

No bloco sobre legislação e instrumentos de gestão, a Lei Orgânica Municipal obteve um merecido e oportuno destaque, articulado a questões de legislação sobre outros objetos da assistência social.

Sobre os conselhos municipais, sobrealça o Conselho Municipal de Assistência Social, que foi investigado com maior nível de detalhamento, bem como a existência de outros conselhos igualmente importantes para o desenvolvimento da política.

Por sua vez, a área de recursos financeiros constituiu um bloco do questionário, sendo investigado o Fundo Municipal de Assistência Social e os valores referentes ao orçamento municipal e da assistência social.

A realização de convênios e parcerias, oferta de serviços e as modalidades de atendimento realizadas no município foram decompostos para que se identificasse a rede existente no município, construindo-se um panorama inédito sobre a matéria.

Um importante aspecto a ser destacado na metodologia do questionário refere-se à identificação do informante na prefeitura. Com o firme propósito de qualificá-lo, pessoal e profissionalmente, bem como ampliar seu comprometimento com a qualidade das respostas fornecidas, procedeu-se à sua identificação no início do questionário.

Unidade de investigação e informantes da pesquisa

A unidade de investigação da MUNIC é o município, sendo informante principal a prefeitura através dos diversos setores que a compõe. As instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente constituem-se em unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados, que detêm informações sobre os órgãos públicos e demais equipamentos municipais.

O Suplemento de Assistência Social também teve como unidade de investigação o município, sendo as informações obtidas junto ao órgão gestor da Assistência Social no município. Na ausência de qualquer instância administrativa na prefeitura que tratasse da questão da Assistência Social, o questionário deveria ser respondido pelo prefeito ou pessoa por ele delegada, desde que fizesse parte da estrutura administrativa do município.

Períodos de referência da pesquisa

A coleta das informações do Questionário Básico e do Suplemento de Assistência Social ocorreu entre novembro de 2005 e abril de 2006, sendo efetuada preferencialmente através de entrevista presencial. Os dados coletados referem-se, de maneira geral, à data da entrevista. No entanto, em alguns quesitos em que a data pode diferir, há referência explícita no questionário, da data ou período da informação.

Merecem ser destacadas no período de referência da pesquisa do Suplemento de Assistência Social as informações sobre o valor do total do orçamento previsto do município, o valor previsto dos recursos próprios do município destinados à Função Assistência Social, e o valor previsto dos recursos próprios do município destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social, relativos ao exercício de 2005.

Abrangência geográfica da pesquisa

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC 2005 investigou os 5 564 municípios instalados até 31 de dezembro de 2005.

Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2005, a MUNIC foi a campo com dois questionários: o Questionário Básico, constituído de 11 blocos, e o Suplemento de Assistência Social, com 12 blocos.

Acompanhou a coleta das informações do Questionário Básico um Manual de Coleta contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para o trabalho do técnico de pesquisas do IBGE. Da mesma forma, o Suplemento de Assistência Social foi a campo junto com um Manual do Técnico do IBGE e as Instruções de Preenchimento do Questionário, para o informante no município.

Coleta dos dados e apuração

Em novembro de 2005, foi realizado um treinamento centralizado em Fortaleza (Ceará), onde estiveram presentes os supervisores regionais e técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE, reunindo mais de 100 pessoas. Estes, posteriormente, foram responsáveis pelo repasse do treinamento para os técnicos das Agências do IBGE no País.

A fim de efetuar a coleta das informações, o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município a seu encargo, com objetivo de obter a indicação de uma pessoa da administração municipal que coordenasse a coleta das informações nos vários setores. Esta pessoa foi entrevistada e deveria, sempre que possível, estar disponível para manter contato com o pesquisador do IBGE quando houvesse a necessidade de esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo à pesquisa.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários pelos diversos setores das prefeituras, cada instrumento de coleta apresentava, junto aos respectivos quesitos, as explicações dos termos e conceitos utilizados mais importantes.

O técnico do IBGE, ao receber o Questionário Básico e o Suplemento de Assistência Social preenchidos, procedeu a uma crítica visual das informações coletadas.

A entrada de dados foi efetuada de forma descentralizada pela supervisão da pesquisa na sede de cada unidade regional, ou pelo técnico responsável pela coleta nas próprias agências. A crítica de consistência dos dados coletados, por sua vez, foi efetuada em cada unidade. Também foi realizado um trabalho de apuração das informações pela equipe da Coordenação de População e Indicadores Sociais responsável pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Cabe assinalar que um só município – Formosa do Oeste, no Estado do Paraná – a despeito do empenho do técnico do IBGE, não respondeu ao Suplemento de Assistência Social.

Uma inovação de grande alcance, nesta edição da MUNIC, foi a adoção da ferramenta Oracle Discoverer para criação de consultas dos dados remetidos para o Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle. Esse recurso de informática permitiu a realização de consultas aos dados apurados à medida que estes eram transmitidos ao sistema, possibilitando maior agilidade no esclarecimento de dúvidas e, também, a correção de eventuais erros encontrados por ocasião da crítica. Uma vez realizada a consulta, um relatório era transmitido à unidade de origem dos dados e, conforme o caso, erros foram corrigidos.

Disseminação dos resultados

Necessário se faz ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelas prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente. Neste contexto, embora não se exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados divulgados, confere um caráter de maior co-responsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento desta natureza, contendo informações de caráter público, após os procedimentos de crítica e análise das mesmas, implícito está, exige ter respeitada sua integridade.

Os dados da MUNIC estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, no sítio Perfil dos Municípios Brasileiros, apresentando as informações de cada município, um a um.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre diversos temas abordados pela pesquisa em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam nas diversas fases da pesquisa. Os resultados também são apresentados através de um conjunto de tabelas gerais selecionadas. Acompanha a publicação um CD-ROM contendo a base de dados completa com informações de cada município.

Todas as tabelas apresentadas são produto de agregações dos dados de municípios por classe de tamanho da população, por Grandes Regiões do País e por Unidades da Federação em que estão localizados, variáveis relevantes para a compreensão, descrição e análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.